

CORRUPÇÃO

DEBATE COM FÁBIO WANDERLEY REIS, JOSÉ ARTHUR
GIANNOTTI, MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA
E CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA¹

RESUMO

Neste debate, dois cientistas políticos, um filósofo e um jornalista discutem o tema da corrupção no Brasil em face do recente contexto político de denúncias e casos de improbidade, que vêm ganhando crescente destaque na mídia e na opinião pública. A efetividade de normas institucionais que inibam a corrupção, o papel da imprensa e de setores políticos na impregnação de um discurso do "moralismo político" e a atuação do governo FHC nesse contexto são alguns dos aspectos abordados.

Palavras-chave: corrupção; instituições políticas; democracia; imprensa.

SUMMARY

In this debate, two political scientists, a philosopher and a journalist discuss the theme of corruption in Brazil due to the recent political context of allegations and cases of impropriety behavior, something that has been receiving increasing prominence in the media and in the public opinion. The effectiveness of institutional rules that could inhibit corruption, the role of the Press and of the political sectors in the impregnation of a "political morality" discourse and also the performance of Cardoso's government in this context are some of the discussed aspects.

Keywords: corruption; political institutions; democracy; the Press.

(1) Debate realizado no Cebrap em 8 de junho de 2001. Fábio Wanderley Reis, cientista político, é professor emérito da UFMG; José Arthur Giannotti, filósofo, é professor emérito da FFLCH-USP; Maria Hermínia Tavares de Almeida, cientista política, é professora da FFLCH-USP; Carlos Eduardo Lins da Silva, jornalista, é diretor adjunto da Redação do jornal *Valor Econômico*.

Fábio Wanderley Reis— Um ponto de partida para a nossa discussão poderia ser este: o tema da corrupção supõe a referência a uma condição alternativa, em que teríamos o comportamento orientado por normas que resguardam o interesse público — uma condição cívica, digamos. E aí surgem algumas questões, como saber até que ponto cabe apostar nas normas e esperar uma espécie de "conversão", com a difusão de uma postura moralista ou idealista em que as pessoas passassem a atuar de maneira distinta daquela em que ocorre a corrupção, aderindo estritamente a algumas concepções morais, algumas regras. Essa é a perspectiva do senso comum a respeito. Mais do que isso, porém, há um certo modelo marcado por essa postura moralista e edificante que permeia as ciências sociais, em particular a ciência política, um modelo de "política ideológica" no qual as pessoas se comportariam por referência a valores e normas, em contraste com a condição em que buscam estritamente seus interesses, que no nosso vocabulário político recebe rótulos como "fisiologismo".

Entre os economistas temos um contraste marcante entre duas perspectivas acerca da política, que pode ajudar na nossa discussão. Uma delas eu diria que é uma perspectiva vulgar, que se aproxima do viés idealista. Um exemplo claro é a posição sustentada por Mário Henrique Simonsen anos atrás num artigo de grande repercussão². Por um lado, ele manifesta a ênfase usual dos economistas na atuação dos interesses na vida econômica. Naturalmente, nenhum economista que se preze pensaria em recomendar, por exemplo, estratégias de desenvolvimento econômico que contassem com o altruísmo das pessoas, com comportamento solidário, orientado por valores nobres; ao contrário, realisticamente se conta com a busca do interesse próprio, e na ciência econômica o egoísmo faz parte dos seus fundamentos, é considerado legítimo e aceitável. Por outro lado, Simonsen mostra uma clara idealização da esfera da política como a esfera do bem público, onde a busca do interesse próprio representa algo a ser denunciado, e como o comportamento dos políticos está longe de corresponder normalmente à busca do bem público, dá-se uma inversão em que a política passa a ser algo vil, o lugar da corrupção, na medida em que não se realiza aí o ideal moralista. E há uma outra perspectiva "econômica" sobre a política que vem se tornando dominante nas ciências sociais, sobretudo na produção corrente dos economistas norte-americanos, e Adam Przeworski, apesar de não ser economista, é um exemplo destacado em vários trabalhos³. Aí se trata de presumir os interesses e indagar em que medida seria possível, apostando na mera dinâmica dos interesses e nos automatismos que são próprios dela, chegar a uma política "boa", feita de tal maneira que se pudesse obter "automaticamente" a realização do bem público ou do bem comum.

Mas há a possibilidade de uma perspectiva mais ou menos intermediária entre essas duas, talvez pragmática, que se orienta pela aspiração à virtude, pelo bem público, pelo ideal, mas parte de pressupostos realistas ou negativos quanto à motivação dos agentes. É a perspectiva dos chamados "pais fundadores" da República norte-americana, os federalistas, Madison especialmente, na qual as facções — uma espécie de sinônimo do século XVIII para o nosso "fisiologismo" — seriam neutralizadas e haveria de alguma forma o predomínio do interesse público, mas se reconhece que isso não pode ser obtido com a mera exortação a que as facções deixem de existir ou ao comportamento virtuoso; ao contrário, conta-se com o jogo das facções para produzir um resultado que venha a ser a realização do interesse público, e o instrumento para isso é a estrutura complicada dos "freios e contrapesos", em que um poder se coloca contra o outro, cria-se o federalismo etc.

Ao analisar as idéias dos federalistas, Bruce Ackerman fala em termos de "economizar virtude"⁴: como a virtude é um bem escasso, como o que se tem é o vício, o interesse próprio, a sabedoria consistiria em tomar isso como insumo e buscar uma construção institucional "objetivamente" boa, produzindo-se assim bons resultados mesmo com insumos ruins, correspondentes a interesses vis e egoístas. Desta forma, se não se pode contar com a virtude, seria importante contar com alguma espécie de automatismo na operação de mecanismos que neutralizem os efeitos mais negativos do jogo vil dos

(2) Simonsen, Mário Henrique. "O risco de optar pelo atraso". *Veja*, nº 997, 14/10/1987.

(3) Por exemplo, Przeworski, Adam. *Democracy as an equilibrium*. Nova York: New York University, 1995 (mimeo).

(4) Ackerman, Bruce A. "Neofederalism?". In: Elster, Jon e Slagstad, Rune (eds.). *Constitutionalism and democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 1993.

interesses e venham a produzir o interesse público. No caso de Przeworski e da perspectiva econômica que o inspira, há a expectativa de que o próprio jogo dos interesses, sem mais, possa dar esse resultado: cada um se ajustando aos outros, procurando fazer o que é melhor para si dado o que os outros fazem. O ajustamento recíproco, portanto, produziria espontaneamente a democracia consolidada, na qual se veria contido o comportamento mais negativo, mais deletério. Mas essa perspectiva se envolve em dificuldades: os trabalhos do Przeworski nessa área são um exemplo bem claro tanto do que há de positivo nesse esforço quanto dos limites dele, porque pode haver automatismos que são péssimos. A constituição que resulte da acomodação recíproca dos interesses pode corresponder, de um ponto de vista normativo, a algo negativo, detestável. E ele acaba falando de equilíbrio num sentido que contempla a presença das normas: o desafio seria como produzir na dinâmica do jogo dos interesses uma condição normativamente desejável, como fazer uma constituição "auto-impositiva" — na linguagem dele —, indicando aquilo que flui naturalmente do jogo de acomodação recíproca dos diferentes interesses. Contudo, não se vai conseguir isso se se tiver de depender de agentes políticos e econômicos que sejam reflexivos, que adiram às normas de um modo intelectualmente sofisticado. Qualquer coletividade que dependa de que as pessoas estejam a cada momento ponderando qual a forma adequada de agir obviamente é uma coletividade problemática; ao contrário, é preciso contar com o automatismo no plano das próprias normas, com uma *cultura* democrática imersos na qual os indivíduos sejam levados espontaneamente a agir de acordo com o que ela prescreve. Este é o sentido de ter uma cultura cívica e democrática: as pessoas seriam levadas a agir de maneira convergente com certos valores.

E aí surge a questão: não estamos voltando para a necessidade de "conversão", para a reforma moral? É claro que se apostamos simplesmente na penetração e difusão de uma cultura na qual os indivíduos venham a interiorizar as normas, estamos, sim, no puro terreno da conversão. E acho que a resposta que escapa disso é uma resposta que reivindica o que há de sábio na visão dos federalistas, na perspectiva madisoniana, que é atenta para a construção institucional num sentido objetivo: como construir um aparato institucional que seja capaz de condicionar o comportamento das pessoas alterando apenas, pelo menos num primeiro momento, a percepção que elas têm de seu próprio interesse. Se houver uma estrutura institucional montada objetivamente de forma adequada, as pessoas não vão, com a mesma freqüência de antes ou de outras situações, perceber seu interesse como correspondendo à ação pura e simplesmente egoísta, porque haverá naquela estrutura sanções que tornam esse tipo de ação desastrado, inconveniente do ponto de vista do interesse próprio. Mas talvez caiba esperar também que a obtenção dessa alteração na percepção dos interesses venha a associar-se com o aparecimento do elemento de automatismo no plano das normas, com a criação de instituições num sentido sociopsicologicamente mais denso. Isto é, a operação do jogo dos interesses, em condições em que o quadro institucional objetivo está montado de forma adequada, acabaria

por produzir alterações na própria cultura, fazendo que a sanção correspondente às expectativas dos outros, à reação dos outros diante daquilo que você faz, viesse a ter um papel singularmente importante.

Temos uma literatura interessante com relação a isso, especialmente um livro de Timur Kuran, economista de origem árabe radicado nos Estados Unidos, intitulado *Verdades privadas, mentiras públicas*, cujo cerne é precisamente a importância da pressão dos demais⁵. Ele aplica isso para entender uma série de situações, como a queda do socialismo, cuja causa estaria na ruptura da ignorância pluralística acerca das opiniões de todos sobre o regime, ao solapar o conformismo criado pela falsa percepção da opinião dos demais como favorável ao regime. De toda maneira, o ponto aqui é o processo inverso: a construção de um clima que não seja propenso à corrupção, mas a uma conduta "apropriada". Acho que isso contém, por contraste com a idéia pura e simples da conversão, da interiorização de normas, o elemento *cognitivo* como componente particularmente importante: é o conjunto de percepções e expectativas que vai ser decisivo para produzir alterações nas disposições das pessoas. Se se presume que o negócio é inculcar certas normas nas pessoas, corre-se o risco de não perceber o que pode haver de oportunidade para a manipulação (legal, "institucional") de aspectos "objetivos" da situação, manipulação que, além de alterar o cálculo de cada um, eventualmente altere a psicologia social ou a cultura envolvida.

Há um desdobramento especial da perspectiva exemplificada pelo Simonsen, propensa à idealização da política. Simonsen presume nitidamente que a atitude dos agentes muda conforme eles se aproximem ou se afastem do Estado. Por contraste com o "capitalista verdadeiro", que se move no espaço privado dos interesses, tem-se o capitalista que depende do Estado e se torna parte de algo vicioso e corrupto. Na medida em que o jogo dos interesses se dá na ausência do Estado, pode-se contar com a operação da "mão invisível" para extrair um produto positivo, mas se o Estado se faz presente esses mecanismos benignos desaparecem e tudo é visto de maneira negativa. Evidentemente, isso envolve suposições gratuitas: basta que se conceba o Estado como incapaz de coordenar o jogo dos interesses para que se possa imaginar a "mão invisível" e os resultados supostamente benignos daquele jogo mesmo com a participação do Estado ou *dentro* do Estado. É claro que não dá para fazer a aposta nesses termos, porque assim se estaria transformando em ideal a condição em que o Estado se vê destituído da capacidade de perseguir autonomamente desígnios coletivos e democráticos, consagrando-se a apropriação privatizante do Estado, sua feudalização. Ora, isso é a forma mais acabada do pretorianismo, da ausência de operação adequada das instituições. Mas assim como não temos como fazer essa presunção que estou atribuindo ao Simonsen, também não temos critérios, na perspectiva dele, para diferenciar e apreender matizes importantes que surgem nas relações entre os interesses privados e o Estado. Há claramente um critério que é o da legalidade: num caso como o do Banpará-Sudam, com apropriação privada de recursos públicos feita "ao arrepio da lei", tem-

(5) Kuran, Timur. *Private truths, public lies: the social consequences of preference falsification*. Harvard: Harvard University Press, 1995.

se corrupção. Mas e toda uma série de casos em que do ponto de vista legal a questão é duvidosa, ou mesmo clara no sentido de que não haveria "arrepio da lei"? Por exemplo, um Proer, um Marka/FonteCindam, em que o Estado aparece socorrendo bancos privados, ou os generosos financiamentos para privatizações, os empréstimos a juros reais negativos do BNDES, que resultam em autênticas e volumosas doações de recursos públicos a grupos empresariais poderosos — e aí, como ficamos? Essa é a questão tratada freqüentemente como a dependência do Estado perante os interesses dos capitalistas, que envolve uma ambigüidade muito grande: pode-se pretender que o interesse público justifique que se faça esse tipo de transferência, mas cria-se uma área de articulação escusa entre Estado e interesses privados que pode resultar em coisas das mais inconvenientes. Qual o ponto de equilíbrio?

Carlos Eduardo Lins da Silva — Nessa intervenção inicial pretendo falar algo sobre o papel da imprensa nesse processo de debate sobre a corrupção no país. Com freqüência se esquece que o jornalismo acima de tudo reflete, e tem de refletir, o estado de espírito do leitorado de cada um dos veículos — embora, na minha opinião, ele não deva nunca ser escravo desse estado de espírito. É lógico que os donos de jornais e emissoras de rádio e televisão têm uma forte influência sobre o que vai ser noticiado, mas não é um poder absoluto. O veículo que se distancia muito do que o seu público pensa para atender interesses, caprichos ou convicções dos seus proprietários ou editores com certeza será punido mais na frente, porque vai deixar de atender às expectativas que o público deposita nele. No entanto, creio também que não se faz jornalismo seguindo o que as pesquisas de opinião indicam, assim como acho que não se governa dessa maneira. Há um papel de liderança, e até de confrontação com as convicções do público, que cada veículo deve assumir, sob pena de se tornar escravo do desejo do público e acabar não oferecendo a ele nada de estimulante, nada que realmente faça que ele se sinta crescendo ao consumir aquele veículo, que assim se torna desnecessário e acaba punido pelo mercado.

Nos últimos vinte anos tem havido na imprensa brasileira uma grande mudança de atitude com relação a essas questões de corrupção, que é resultado da mudança que também tem havido na atitude do público. Na década de 1970 uma publicidade de cigarros teve muito sucesso com aquela célebre "lei de Gerson": o cinismo, o consenso em torno de que "levar vantagem em tudo" era algo tão positivo que ajudava a vender um produto. Mas as coisas mudaram tanto nestes anos que alguém que vá citar a lei de Gerson com certeza será desaprovado por qualquer grupo diante do qual ele se manifeste dessa maneira. Acho que estamos caminhando para um espírito quase inquisitorial, em que o ídolo, em vez do Gerson, passa a ser o promotor Luiz Francisco, e a imprensa tem refletido essa mudança de atitude do público. Mas de novo faço a ressalva: se a imprensa se tornar vassala desse sentimento, com certeza estará prestando um desserviço a si própria e talvez à sociedade também. Como em outras situações, ela deve ter um desempe-

nho crítico em relação àquilo que a opinião pública acredita ser a melhor conduta.

Minha experiência de muitos anos nos Estados Unidos sempre me força a fazer comparações entre o Brasil e aquele país, o que pode ter alguma utilidade porque a sociedade brasileira toma a sociedade americana como modelo, e cada vez mais procura se espelhar nela. No entanto, algumas lições americanas estão muito longe de terem sido aprendidas aqui. Por exemplo, nessa questão do interesse público, do interesse próprio e da corrupção. Não há povo mais moralista que o americano, e o caso Clinton demonstra isso: um presidente que quase perde o mandato porque cometeu uma infidelidade conjugal, quando não havia, pelo menos durante o mandato dele, nenhuma acusação de improbidade. Esse incidente demonstra que se trata de uma sociedade extremamente moralista. No entanto, quando Clinton e Gore pressionaram o Congresso americano para aprovar o acordo que criou o Nafta e em contrapartida prometeram verbas para a construção de obras nos distritos eleitorais de determinados deputados, ninguém acusou o governo de corrupção, porque isso não é considerado corrupção no jogo político americano: considera-se defesa legítima dos interesses dos eleitores de um deputado que ele negocie seu voto numa questão nacional em troca de benefícios para seus distritos eleitorais. Quer dizer, mesmo numa sociedade extremamente moralista como a americana as situações em que um representante consegue vantagens para um grupo de eleitores (evidentemente, não para si) não são consideradas um ato de corrupção, ao contrário do que costuma ocorrer no Brasil. Talvez porque essas sociedades sejam tão diferentes, assim como foi diferente o processo de tomada de consciência sobre atos de corrupção ao longo do tempo, a imprensa brasileira não esteja muito madura com relação a esse assunto. O sucesso do *impeachment* do Collor é comparável ao sucesso do *impeachment* do Nixon: da mesma forma que este resultou numa febre de jornalismo investigativo nos Estados Unidos, aqui o *impeachment* do Collor resultou num desejo muito grande dos jornalistas de produzir o seu Collor também, o seu escândalo que vá derrubar alguém muito poderoso.

Há um outro problema sério atualmente que é a utilização da imprensa por parte da Justiça. A relação entre procuradores públicos e a imprensa é muito complicada do ponto de vista ético e merece um exame cuidadoso, porque é perigoso, a meu ver, que investigações criminais ainda em andamento ou às vezes apenas no princípio sejam vazadas propositalmente para a imprensa. E um outro problema que vejo é que o jornalismo com frequência atribui-se o papel de promotor, de juiz, de júri e de executor da sentença, o que também é perigoso porque a imprensa não é nenhuma dessas coisas: a imprensa não é polícia, não é promotora, não é juiz, júri ou executora. A imprensa deve retratar e divulgar os fatos que são de interesse público e que estejam devidamente apurados e comprovados.

Agora, a partir dessa autocrítica vem uma defesa bastante arraigada da minha parte de que a imprensa possa fazer o que tem feito, mesmo quando tem feito errado. Tenho uma repulsa muito grande a qualquer tipo de

iniciativa que vise tolher a liberdade de imprensa, a liberdade de colher informações onde quer que seja, inclusive com procuradores públicos. Para mim, qualquer lei de mordaza, qualquer lei que modifique o direito do jornalista de preservar o sigilo de suas fontes deve ser rechaçada. Por mais que o jornalismo brasileiro tenha errado — e tem errado com frequência nessas denúncias de corrupção, muitas vezes infundadas e sem nenhuma comprovação —, o valor da liberdade de imprensa tem de ser defendido da maneira mais radical possível, porque é uma das garantias de qualquer sociedade democrática. E de novo me valho de um exemplo americano: o caso dos papéis do Pentágono⁶. Poucas vezes ficou tão evidente como ali o interesse público na opinião do governo. Mesmo sendo claramente ilegal a forma como foi obtida aquela documentação revelada pelos jornais — os documentos foram roubados do Pentágono —, houve um consenso nacional que reflete uma jurisprudência de pelo menos cem anos, segundo a qual ninguém poderia impedir que aqueles documentos fossem revelados ao público — mesmo que colocassem em risco a segurança nacional, já que eventualmente poderiam ser de proveito dos inimigos dos Estados Unidos. Esse consenso garante a possibilidade de continuação da democracia vivida como existe lá, e acho que nesses pontos deveríamos nos mirar no exemplo americano e nunca pretender corrigir os erros da imprensa com medidas que cerceiem sua liberdade.

(6) Em 1971 o *The New York Times* publicou documentos secretos do Pentágono obtidos com Daniel Ellsberg, funcionário do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Os documentos revelavam várias ilegalidades e mentiras praticadas pelo governo norte-americano em relação à Guerra do Vietnã, que ainda estava em curso. O governo, sob a administração Nixon, obteve da justiça censura prévia contra o *Times* sob o argumento de que a divulgação daqueles documentos ameaçava gravemente a segurança nacional. Enquanto outros periódicos continuavam a publicá-los, o jornal recorria à Suprema Corte, que acabou deliberando a favor do *Times* e proibindo a censura prévia com base na primeira emenda constitucional. Ellsberg, um cientista político, foi processado, mas o caso foi arquivado porque as provas apresentadas pela Promotoria haviam sido obtidas ilegalmente. O caso foi considerado o mais importante da história da defesa da liberdade de imprensa nos Estados Unidos.

José Arthur Giannotti — Gostaria de começar assumindo o ponto de vista do senso comum. Historicamente, sabemos que o Brasil sempre foi um país com enorme corrupção: a nossa corrupção é cavalariça desde os tempos de colônia. E não podemos deixar de levar em consideração que quanto mais aumenta a corrupção mais aumenta também o discurso moralista. Cria-se uma espécie de compensação: rouba-se o cofre público e sai-se à rua e à procissão fazendo a apologia da moral. Esse é um processo de conversão muito comum, que também funciona nas famílias: não vemos pais ladrões gerando filhos moralistas? Isso para dizer que o interesse próprio e o interesse puramente privado estão sempre vinculados a uma exteriorização do interesse público, e que o homem vive essa contradição. É por isso que pensar o problema da corrupção é pensar também a dualidade na qual o homem se insere entre fato e norma. E desde que não se tenha uma visão platônica da norma — que é mais ou a menos aquela descrita no primeiro momento da fala do Fábio, isto é, a idéia de que a norma por si só tenha a capacidade de aspirar ao fato e transformá-lo de tal modo que se torne cada vez mais próximo do padrão pressuposto —, se assumirmos uma perspectiva mais moderna, talvez mais condizente com o que sabemos do funcionamento das estruturas da lógica, diríamos que toda norma, para poder funcionar, implica uma espécie de relaxamento em torno dela, uma dose de indefinição de seus casos. Para mostrar isso Wittgenstein lembra que para um embolo funcionar não pode estar inteiramente ajustado à camisa, pois um ajustamento perfeito impediria o movimento. Essa é a questão: precisa-se de um certo jogo para que o movimento exista. O problema então é

entender esse espaço necessário ao seguimento das regras em geral, notadamente as regras morais.

Ora, do ponto de vista prático isso tem conseqüências imediatas. Numa sociedade deve haver instituições moralizantes, mas sabemos que os patamares de tolerância da imoralidade variam em cada momento histórico. Carlos Eduardo estava mostrando como funciona nos Estados Unidos a relação entre a acusação e a tolerância, de modo muito diferente do que ocorre no Brasil. Aqui estamos passando de um nível de tolerância tradicionalmente muito relaxado para um nível muito mais restrito. Com a própria modernização e americanização do país, estamos entrando num processo em que alguém pode cuidar dos seus interesses privados, pode arriscar-se a burlar para protegê-los, mas será punido se for pego. Isto é, aceita-se o risco e ao mesmo tempo criam-se mecanismos de punição da regra violada. A única maneira, creio eu, de retomar uma posição madisoniana, como o Fábio disse, seria justamente incorporá-la como tarefa nossa, criar instituições de contraposição e de guarda da normatividade, mas sem perder a perspectiva do risco e a necessidade de conviver com ele. Em outras palavras, a corrupção é condição da liberdade humana — você não encontra formigas corruptas no formigueiro. É a liberdade em relação à norma que nos permite sermos corruptos. Trata-se de uma possibilidade que não é qualquer, ligada ao fato de que o homem não é exclusivamente um ser natural, mas uma forma específica de infração. As regras da democracia numa sociedade de massa, de assalariados e de risco implicam um tipo de corrupção muito ligado ao funcionamento da burocracia. Não estou fazendo a defesa da corrupção, não estou dizendo que quanto mais livre mais corrupto, mas apenas que para que possamos ser livres é preciso conservar a viabilidade de quebrar a norma. Um país onde as instituições vigilantes estreitam de tal maneira as possibilidades de corrupção é um país em que a liberdade perece. Esse jogo, a meu ver, é fundamental, porque implica uma relação pública com a norma que não pode ser de intolerância. Noutras palavras, não pode haver uma política de governo ou de oposição que tenha como bandeira unicamente ser contra a corrupção.

Encontramo-nos numa situação histórica em que, do ponto de vista prático, convém combinar instituições de caráter público e privado. Não creio que seja preciso tecer a estrutura do social partindo do indivíduo possessivo; sabemos que existem comportamentos altruístas e a própria identidade do Eu depende do outro. Não precisamos partir do individualismo possessivo e depois criar comportamentos públicos e generalizados: o homem, naturalmente, vive nessa dualidade. Levando em conta essa dualidade, a existência do ser humano se desenrolando entre o fato e a norma, o privado e o público, cabe requerer da política duas coisas. Em primeiro lugar, que sustente mecanismos para apontar e punir todos os casos de corrupção. No cumprimento dessa tarefa a mídia tem enorme importância, mas precisa ser republicana. Carlos Eduardo disse muito bem: a mídia não pode imaginar que possa, porque cobre todos os eventos, cumprir o papel de guardião de todas as normas, pois isso implica confusão geral dos gêneros.

A política republicana não é senão aquela que pede a cada um, indivíduo ou instituição, que funcione dentro dos limites de seu mandato? A universidade, por exemplo, funciona com certo nível natural e específico de corrupção, contra o qual devem ser criadas instituições de vigilância, mas não interessa violar a especificidade da vida universitária, tomar como padrão dela seja uma sociedade de celerados, seja uma sociedade de anjos. Por isso me parece fundamental voltar à idéia de república, no sentido de que uma sociedade republicana é aquela irrigada por canos de todos os calibres por onde circula sangue vivo, o que implica, em contrapartida, possibilidade de enfarto e de derrame.

Em segundo lugar, esperamos que os partidos políticos não entrem numa velha história de fazer da denúncia à corrupção a denúncia da política. Disso temos uma longa tradição. Lembremos que o socialismo do século XIX foi antipolítico por excelência, quer dizer, a idéia de que se convivia com uma política na qual havia um jogo, e portanto um nível de corrupção e de violência, sempre foi posta pelos socialistas — seja por Proudhon, seja por Marx e assim por diante — como uma etapa da vida humana a ser transposta, já que depois da revolução teríamos a substituição da política pela administração racional das coisas, uma idéia aliás de Saint-Simon. Essa idéia permanece muito viva em certas camadas sociais e em determinados partidos de esquerda e de direita. Tolera-se a política com a perspectiva de que ela seja ultrapassada por uma sociedade transparente e sem qualquer traço de violência. Ora, se não atentarmos para essa negação da política e deixarmos de pensar que a política é condição humana — mais ainda, que a liberdade humana implica a política e traça seu próprio cone de sombra com um nível de corrupção específico —, estaremos abrindo as portas para o totalitarismo. Não há como não conviver com as contradições, sabendo que muitas vezes elas são dolorosas.

Maria Hermínia Tavares de Almeida — Vou começar por algo que o Giannotti disse, mas que eu gostaria de abordar de uma outra maneira. Gostemos ou não, queiramos ou não, a denúncia da corrupção e alguma forma de moralismo político são hoje um dos eixos de conflito na sociedade brasileira: há partidos e atores políticos que cada vez mais estão se situando no âmbito desse conflito como agentes da luta contra a corrupção ou defensores de princípios éticos na política — algo que ocorria também no período 1945-64, sobretudo com a UDN. E o caso brasileiro não é o único: basta olharmos o que está acontecendo na América Latina, basta lembrarmos como o sistema político italiano do pós-guerra desmoronou, num processo em que a luta contra a corrupção era uma questão central. Mesmo assim, a democracia na Itália não caiu.

Carlos Eduardo — Lá a corrupção venceu a eleição...

Giannotti — Operação *mani politi* dá Berlusconi...

Maria Hermínia — Sim, dá Berlusconi, mas não dá necessariamente em derrubada da democracia... Bem, vemos que o PT está progressivamente caminhando de um discurso classista para um discurso da moralidade: foi assim na campanha para a prefeitura de São Paulo e deve ser também na campanha para a Presidência. Por mais que haja discussões de programas, neste momento a moralidade é um eixo importante do conflito político, e há que se perguntar sobre as causas disso. Obviamente, o moralismo político tem a ver com a democratização, mas também pode ter a ver com outras coisas. O cientista político Theodore Lowi levantou a hipótese de que a transformação da corrupção em questão política tem menos a ver com os níveis de corrupção do que com o nível de conflito entre as elites e com a existência de elites dispostas a usar esse instrumento na luta contra outras⁷ — é uma idéia bastante útil para pensarmos a situação presente.

Talvez valesse a pena tentarmos enumerar os âmbitos em que o tema da corrupção tem aparecido no contexto da política, para pensarmos com mais precisão o problema dos limites frouxos entre o que é eticamente aceitável e o que não é. Esse tema tem aparecido, primeiro, na relação dos políticos com seus eleitores: tende-se a atribuir um caráter basicamente corrupto a todas as formas de relação entre políticos e eleitores que não sejam baseadas na adesão a programas e princípios. Trocar votos por benefícios é uma prática em geral percebida como corrupção ou que está ali no limite, e nossa ciência política tende a percebê-la assim, bem como os brasilianistas — para Barry Ames, por exemplo, o sistema político brasileiro se sustenta em algo que é basicamente corrupto: o clientelismo e a patronagem⁸. Em segundo lugar, o tema da corrupção aparece associado à relação dos políticos com seus financiadores, que constitui uma área de sombra neste país. Isso nos leva à discussão do *rent seeking*, ou seja, das oportunidades de ganho privado que são abertas pelo acesso político privilegiado. Em terceiro lugar, na relação do Executivo com a coalizão de governo no Congresso: hoje em dia qualquer forma de negociação de apoio político é percebida como um intercâmbio não-lícito. E, finalmente, o tema da corrupção aparece na relação dos políticos, no Executivo ou no Congresso, com os recursos públicos, e aqui se trata da apropriação de recursos públicos para fins privados.

Carlos Eduardo — Acho que falta aí a relação entre o Estado e os interesses privados, como por exemplo na questão do *lobby*. No Brasil o *lobby* é sinônimo de corrupção, mas nos Estados Unidos é institucionalizado, com canais próprios, com regulamentação própria, feito às claras: o lobista vai ao Congresso, ao Executivo e ao Judiciário mostrar seus pontos de vista, fazer pressão, e é algo legítimo.

Maria Hermínia — Sim, você tem razão. Enfim, no debate brasileiro não há consenso sobre quais são os limites entre o que é lícito e o que não é. Obviamente, transferir milhões da conta de um banco público para a conta pessoal, todo o mundo sabe que isso é contra a lei, mas há todo um conjunto

(7) Lowi, Theodore. *Corruption, scandals and democracy: what might be learned from the American experience?* Conferência proferida no 18º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1994 (mimeo).

(8) Ames, Barry. *The deadlock of democracy in Brazil*. Michigan: University of Michigan Press, 2001.

de relações cujos limites não estão claros, e o discurso moralista tende a colocar tudo sob o rótulo único de corrupção.

Por outro lado, acho que é impossível pensar o funcionamento do sistema político brasileiro sem pensar a imprensa, já que a dependência da população em relação à informação via rádio e televisão é brutal. No caso recente da energia elétrica, por exemplo, foi espantosa a rapidez com que a população se informou sobre a atitude a tomar, e toda a informação veio dos meios de comunicação, que martelaram o tema. Da mesma forma, todo o mundo tem alguma versão sobre o que está acontecendo no mundo da política. Carlos Eduardo, você tem razão ao dizer que o jornal reflete ou deve refletir o estado de ânimo dos seus leitores, mas ele devolve essa percepção de forma mais elaborada e amplificada, e assim ajuda a constituir, ou pelo menos reforça, esse estado de espírito que associa a política à corrupção. Portanto, a imprensa tem um papel político que é mais ativo do que a sua exposição dá a entender. Como em todas as atividades relacionadas com o mundo público, o mundo da política, na imprensa também existe uma área de sombra, em particular na relação com as fontes. Você citou o caso dos procuradores, mas não é só isso: as fontes plantam coisas, e neste país a disputa política, inclusive a disputa interna, é pública num grau que não se vê em muitos outros países. Aqui a primeira coisa que faz a pessoa que está brigando dentro de um partido é ir à imprensa plantar sua versão daquela briga. Às vezes desenvolve-se entre o jornalista e sua fonte uma relação de troca da informação por alguma leniência com relação à fonte. No livro de Mário Conti⁹ fica claro um grau significativo de convivência, intimidade e mesmo promiscuidade entre a imprensa e o poder político, que um julgamento mais severo poderia classificar como corrupção.

Em suma, para superar a pura denúncia moralista seria preciso promover inovações institucionais que reduzissem as oportunidades de comportamento corrupto, sempre que houvesse algum consenso sobre a sua existência. Estou de acordo com o Fábio em que instituições alteram expectativas e portanto podem alterar comportamentos, mas o fato é que se sabe muito pouco sobre como produzir os efeitos que se quer produzir com a construção institucional. O tema das instituições entrou na moda na ciência política, mas afóra algumas coisas que sabemos mais ou menos — quais são os efeitos de regras eleitorais, por exemplo — não há muito que saibamos com segurança sobre reforma institucional. Então, é necessário refletir um pouco mais, fazer mais pesquisa. Não sabemos sobretudo qual é o efeito combinado de diversas instituições, e se a discussão passa por mudanças de tipo institucional, temos de entender um pouco mais como isso funciona, pois acho que entendemos bem menos do que a literatura ou o discurso dos cientistas políticos podem fazer crer. E tampouco sabemos por que algumas regras "pegam" e outras não, por que algumas iniciativas de construção de instituições, por meio da definição de normas legais, funcionam e outras não. A visão culturalista, que tem tradição forte no Brasil — veja-se por exemplo Oliveira Vianna —, diz que só "pega" a regra que tem a ver com padrões culturais enraizados, mas as visões culturalistas em geral dificultam

(9) Conti, Mário. *Notícias do Planalto — a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

muito nosso entendimento de como é que as sociedades mudam: elas são boas para explicar como é que em certas circunstâncias as coisas *não* mudam.

Fábio — Uma questão importante que se conecta com vários aspectos de todas as intervenções é a idéia colocada pelo Gianotti da corrupção como condição da liberdade humana, de não haver como ser livre sem a possibilidade de quebrar a norma. Há um sentido em que isso é muito claro: se você está completamente determinado, obviamente você não é livre, e o livre-arbítrio supõe que você possa quebrar a norma. Mas o desdobramento que surge daí e que é interessante para a nossa discussão é que isso evidentemente não pode ser entendido como a geléia geral, como se tudo se equivalesse. Deve haver a possibilidade de diferenciar situações diversas, de distinguir o Brasil da atualidade de uma Suíça ou um Canadá, de países onde se pode contar com que certas práticas cívicas tenham maior penetração, sejam um fator mais efetivo de orientação do comportamento das pessoas. A maneira como eu leio o que está sendo sugerido pelo Giannotti é que há uma dialética na qual o jogo dos interesses está necessariamente presente, mas sob o desafio para a construção política de mitigar o que há de mais áspero nesse jogo.

Giannotti — Eu diria que além disso existe uma espécie de lei de compensação entre o grau da infração da norma e a idealização de um rigor na guarda da norma — isto é, um país inteiramente esculhambado tende a produzir Savonarolas, intransigentes defensores da norma a ponto de matar por ela. Esse jogo é fundamental justamente para encontrar os meios-termos, sem o que nós adentramos ou o moralismo ou a sociedade celerada.

Fábio — Se entendo bem, esta é uma forma de expressar algo que corresponde exatamente ao que eu pretendia sugerir: aquela receita de realismo no processamento dos interesses, contar com as bestas em vez de contar com anjos, contar com os interesses no seu aspecto mais áspero, mais cru, mais negativo, e tratar de edificar instituições em que esse insumo possa ser processado de maneira positiva. Uma forma de colocar a questão seria usar a velha idéia do Samuel Huntington da sociedade pretoriana, em que há instituições débeis, com pouca penetração, pouca efetividade para a orientação do comportamento das pessoas, portanto com normas que não "pegaram", como disse a Maria Hermínia. E isso se manifesta em planos diversos, inclusive o da corrupção diretamente. Na linguagem que o Huntington utiliza — isso é coisa de mais de trinta anos atrás¹⁰ —, cada um vai para a arena política levando os recursos que tem à mão: você é plutocrata, rico, você corrompe; você é operário, então faz greve, greve política se for o caso; você é militar, tem os fuzis e ocasionalmente dá golpes. Aqui, há dois níveis: o nível da corrupção no sentido mais convergente com o tema da nossa discussão e um nível totalmente diferente, que é quando o fato de as normas serem precárias redundava em comprometer a democracia, comprometer a

(10) Huntington, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

viabilidade ou a estabilidade de instituições políticas democráticas. E também podemos ligar isso com o fato de que as normas têm pouca vigência no plano que corresponde aos comportamentos violentos, à criminalidade comum. Então temos níveis diferentes, que vão da violência comum, passam pela corrupção em nosso sentido e chegam à inviabilidade da democracia, ao pretorianismo no sentido político do Huntington, níveis que têm a ver com o fato de que normas não penetram.

Isso permite apontar um aspecto importante da dinâmica brasileira. Não sei até que ponto seríamos peculiares a esse respeito, mas me parece um traço relevante o que há aqui de banal na desatenção com respeito às normas. Nós nos indignamos quando as grandes maracutaias explodem, mas nos esquecemos — nós, classe média — de como é corriqueiro em nosso cotidiano o comportamento corrupto, desatento a normas. Por exemplo, as férias desfrutadas na praia e que se "vendem" nas universidades públicas, reforçando os salários; as diárias indevidas que se cobram; o funcionário público que coloca na conta da "viúva" as pequenas despesas sempre que pode; os impostos que se sonegam; as regras de trânsito para as quais ninguém dá bola se tem a chance de se escafeder sem observá-las. Na verdade, há uma *cultura* corrupta que pode ser ligada tanto à criminalidade comum e à violência, que encontram condições mais favoráveis no meio popular e nas populações periféricas (especialmente agora, com o narcotráfico e a deterioração social da nova dinâmica econômica), quanto à instabilidade no plano das instituições políticas. A intuição que a Maria Hermínia trouxe, citando o Lowi, sobre a corrupção como tema político em conexão com a intensidade do conflito, é da maior relevância nessa perspectiva. O alcance político do pretorianismo, o fato de que de repente os militares estão dando o golpe com o respaldo da federação das indústrias, tem a ver com a erupção de um foco saliente de conflito, e isso explica boa parte das vicissitudes políticas brasileiras ao longo do último século, com frequência associadas a percepções de ameaça de subversão socialista. O fato de que o Brasil tem sido uma sociedade corrupta é da mesma natureza, é outra face daquilo que se expressa no fato de que o país sofreu golpes sucessivos durante o século XX, de que os períodos de tentativa de acomodar institucionalmente o conflito político se alternaram com períodos de irregularidade, com quarteladas e golpes, inclusive com nosso último experimento autoritário, que durou nada menos que 21 anos e é recentíssimo.

Então, acho que isso se desdobra no desafio, que enunciei genericamente antes, de como mitigar o jogo dos interesses, o que vai exigir a construção de instituições. O Carlos Eduardo falava da aceitação do *lobby* nos Estados Unidos em contraponto ao Brasil, mas há um detalhe para o qual ele mesmo chamou a atenção, que é o fato de que lá o *lobby* está regulamentado, institucionalizado. Você constrói instituição quando regula o jogo dos interesses, mesmo na forma do *lobby*, da tentativa aberta de assegurar que o poder público aja em proveito de determinado conjunto de interesses particulares. A presunção tem de ser naturalmente de que se trata, sim, de interesses particulares, mas não caberá mais falar de corrupção (se não

quisermos diluir a idéia de corrupção na geléia geral de que tudo é corrupção) na medida em que o jogo que busca a afirmação dos interesses não seja um jogo desenfreado, mas regulado por normas que sejam objeto de acatamento efetivo.

É importante, naturalmente, a indagação que a Maria Hermínia coloca: como é que se faz para que essa construção seja efetiva e bem-sucedida? Não vejo saída fora da visão realista que encontramos nos federalistas: é preciso algum esforço de compatibilização da construção institucional e da elaboração de normas com o lastro cultural — por exemplo, uma Constituinte que não tenha correspondência com a sociedade que ela pretende regular não vai ter condições de fazer regulação efetiva —, como também com o jogo dos interesses. Uma Constituinte que tenha pretensão de ser bem-sucedida não pode se dissociar dos interesses e da correlação de forças na sociedade. Essa é seguramente uma das razões pelas quais a expectativa excessiva que criamos em torno das nossas sucessivas Constituintes tende a se frustrar, e talvez as Constituintes tendam a se reproduzir, entre outras coisas, justamente porque há a postura milenarista de fazer Constituição para durar trezentos anos, quando talvez fosse uma perspectiva muito mais compatível com o realismo sociológico pensar em Constituição para vinte ou trinta anos, com sorte. É bem ilustrativo disso o caso da nossa Constituição de 1988, que já passou por todas as revisões imagináveis e é vista como um embaraço mais que como um respaldo real para um jogo positivo e construtivo.

Carlos Eduardo — Vou levantar dois pontos na forma de perguntas, que é a melhor coisa que um jornalista sabe fazer. Primeiro, gostaria de saber na opinião de vocês que importância teria o grau de corrupção. Como bem estava dizendo o Fábio, na nossa cultura a corrupção está presente desde cedo: todo o mundo faz suas corrupções desde criança em casa e na escola, e isso é considerado natural. "Colar" é quase natural. "Quem não cola não sai da escola" — isso estava na capa de uma revista educativa há uns três anos, uma revista importante dirigida a adolescentes, com nítido objetivo de educar e informar, e a reportagem principal trazia dicas de como colar mais eficientemente na escola. Outro caso: uma pessoa brasileira passou por teste de habilitação para dirigir numa pequena cidade norte-americana e foi reprovada porque não respeitou uma placa de parar. Argumentou que não havia parado porque não havia no cruzamento nenhum carro, nenhuma pessoa, nenhum risco portanto — mas ali há uma cultura de respeitar as placas mesmo nessa situação.

Então, numa cultura tão enraizadamente corrupta como a nossa, quando é que, do ponto de vista do jornalista, a corrupção deve se tornar pauta? Será que o José Roberto Arruda tem razão? Ele não matou, não roubou, não fez nada de errado a não ser ter pedido a tal lista de votação. Isso é pauta para jornal ou não é? Um senador americano perdeu o mandato porque quando ia viajar cobrava diárias de hotel e ficava em casa de amigos. Isso é pauta jornalística ou é udenismo moralizante? Onde é que está o limite a partir do qual o jornal deve entrar com pauta de corrupção? Ou vou ficar

indo à universidade para ver se o professor está indo dar aula ou não: "Professor disse que ia dar aula e está num congresso em Paris"... Isso é corrupção ou não? Ou só quando se rouba mais de um milhão de dólares, como no caso Banpará? Minha questão, portanto, é muito prática: para o jornalista o grau de corrupção deve ser uma medida? Qual a medida do que deve ser revelado ao público como ato de corrupção?

E uma segunda questão é se está em risco a liberdade de imprensa, já que vemos muitas propostas de lei de mordaza e está se criando uma cultura de que a imprensa, por ser moralista demais, deve ser punida com mais restrições. Ou esse é um risco que não corremos?

Giannotti — Quanto à posição do Fábio ao defender o esquema liberal tradicional, acho difícil que nas condições atuais ele seja aplicado de imediato. O interesse privado, além de provocar efeitos coletivos, também se coletiviza mediante conseqüências contraditórias com os efeitos pretendidos nas intenções singulares. Isso é comum no mundo capitalista; por todo lado vemos surgir uma conseqüência contrária à intenção com a qual se age. Desse modo, pela regra da proporcionalidade entre a infração e sua superação simbólica — dadas as duras contradições que estamos vivendo no Brasil, pouco mediadas por outras formas de sociabilidade —, há clima propício para uma solução mágica de nossos problemas políticos, uma solução que imaginaria nos conduzir a uma sociedade de santos. Carlos Eduardo lembrou a regra: "quem não cola não sai da escola"...

Fábio — Nas grandes cidades brasileiras vêem-se atualmente muitos anúncios de firmas antimultas: "não pague multas". Esse é um exemplo bom, não?

Giannotti — Sim, claro! Quando a instituição guardiã passa a ser extremamente rigorosa no regulamento e na sua aplicação, a tendência é relaxar. Fui multado várias vezes porque não obedeci ao limite de velocidade de 50 quilômetros por hora: fui pego andando a 57, 58. Como a cada passo varia o limite de velocidade, ou passo a olhar para as placas e para o velocímetro, o que por certo aumenta a probabilidade de um desastre, ou passo a ser multado. Mas a multa não foi instituída para proteger os cidadãos e evitar desastres? Cria-se uma forma de organizar que resulta no contrário do previsto.

Lembro outro fenômeno preocupante: o crime organizado, um sistema de regras que se institui para quebrar regras e gerar uma riqueza anti-riqueza. Lembro ainda o Poder Judiciário, um lugar onde se combina da maneira mais fraternal a infração da norma com a idealização do rigor com que a falta seria punida. Não dizem que é o poder mais corrupto da República? Aquilo que deveria guardar a norma na verdade permite que interesses privados corrompam a possibilidade de sua validade coletiva, não porque cada juiz se isola no seu canto, mas porque passa a participar de um sistema de corrupção. Não é o caso do sistema das liminares? Se há processos de institucionalizar a virtude na sociedade brasileira, também há institucionalização de vários esquemas perversos.

Nesse ponto acho que a imprensa tem papel dúbio. Em primeiro lugar, porque ela tem em relação à notícia um papel extraordinário: ela não apenas dá a notícia como a encena. Esse é um fenômeno privilegiado pela televisão, quando o fato, ao aparecer encenado em notícia em tempo real, se transforma em paradigma. Graças a esse caráter paradigmático as pessoas aprendem a falar pela televisão, a se vestir pela televisão, a se comportar pela televisão. Mas o que aparece encenado esconde o trabalho e o esforço da encenação, de sorte que o fato mais parece um desígnio dos deuses do que um feito criado a duras penas pelos homens. Além disso não temos a mídia, mas firmas competindo ferozmente. Essa batalha não é encenada; pelo contrário, é escondida tanto quanto possível, e o resultado é tomar como paradigma o que o telespectador espera de mais raso. Quando o Ratinho começou a atrair a audiência da Rede Globo, esta reagiu abaixando o nível de sua programação. A mídia há então de optar: ou transforma a informação num processo de formação, encaixando a notícia no contexto mais amplo que lhe dá sentido universal, ou deforma, cristaliza o lado infração do comportamento humano. Estamos diante do dilema: assistiremos à mídia encenando sociedades celeradas ou sociedades virtuosas? Ela está inteiramente livre para fazer essa opção. Embora, como o Carlos disse, a mídia reflita seu público, ela pode puxá-lo para cima ou para baixo. E a responsabilidade disso é da própria mídia, e não nossa.

Voltando ao nosso caso, o problema não é o grau, mas o tipo de corrupção que se deve investigar, noticiar, controlar e explicar. Se é essa corrupção do tipo "quem não cola não sai da escola", isto é, que tenha inscrita em si a possibilidade de formar uma sociabilidade perversa, a notícia deve, creio eu, ser inserida no contexto de seus efeitos perversos. Mas que não se caia no histerismo educativo contrabalançando o histerismo da denúncia. O que importa é "peixe grande" e projetos grandes.

Carlos Eduardo — Você poderia dar um exemplo desse tipo?

Giannotti — Veja-se o Dossiê Cayman: é das coisas mais interessantes como fenômeno midiático. Era um dossiê montado e a maioria das pessoas sabia disso. Bastava pensar na inviabilidade de uma conta conjunta envolvendo quatro pessoas com posições políticas e caráter diversos: imagine só se Sérgio Motta e Mario Covas poderiam ter uma conta conjunta... Isso podia ser perfeitamente anunciado, encenado e denunciado rapidamente, se a investigação fosse feita em vista de mostrar aquilo que era óbvio. Mas como foi feita em vista de aumentar a visibilidade política dos agentes e da própria mídia, como instrumento para vender jornais e para que os líderes políticos aparecessem como corruptos, como pessoas com as quais não podemos contar e assim por diante, o *affair* Dossiê Cayman durou muito mais do que deveria se a mídia adotasse como forma de denúncia e de noticiário outra política, mais comprometida com a formação e menos teatral ou encenatória.

Não vejo grande perigo de que se aprove uma lei da mordça para a imprensa, nem tampouco de que a sociedade brasileira retroceda a um

regime autoritário. Vejo perigo, isto sim, de que apareçam salvadores da pátria, encenadores de soluções sem condições de efetividade fazendo o *bypass* do sistema político para chegar ao povo, em suma, negando a política — um filme que já conhecemos desde há muito tempo.

Fábio — Mas isso só é um perigo se redundar em retrocesso autoritário...

Giannotti — Não: o perigo reside, a meu ver, na descrença do jogo político como um todo. E como você e eu somos democratas, sabemos que o que importa não é este partido ou aquele personagem salvador capaz de ganhar a eleição, mas que o jogo de alternância possa cumprir a tarefa a que ele se propõe. Esse tipo de aventureirismo político pode não gerar uma reação autoritária, mas pode desembocar num esgarçamento da política e numa despolitização da sociedade. Enfim, a crise, em vez de reforçar a política democrática republicana, pela qual acho que deveríamos nos bater, pode resultar numa volta a formas pré-republicanas, esgarçando ainda mais o tecido social.

Carlos Eduardo — Concordo com você em que não há, pelo menos aparentemente, qualquer perigo de retrocesso autoritário, mas estou surpreso como algumas pessoas do governo estão batendo nessa tecla. Fiquei abismado quando ouvi um discurso do ministro Weffort num seminário em Oxford inteiramente na linha "a democracia está em perigo no Brasil". Achei que isso tinha sido algo extemporâneo dele, mas na volta vejo o próprio presidente falando isso repetidamente, e outros também. Não entendo qual a racionalidade desse tipo de argumentação neste momento...

Giannotti — Eu vejo nisso não a racionalidade, mas a perversão. Em face de um discurso profundamente moralista e integrador, você o inverte e diz que é totalização e totalitarismo. Não estou defendendo o governo, nem Weffort nem o presidente quando dizem isso, mas retoricamente o discurso moralizante e unificante gera uma contrapartida perversa, uma retórica perversa também na base da integração: "a democracia está em perigo"... Não vejo esse perigo, como também não vejo a necessidade de termos bandeiras políticas cujo eixo seja a moralidade pública, porque isso é, antes de tudo, uma mentira: nenhuma política que pretenda conseguir a governabilidade pode se estruturar mediante a moralidade pública.

Maria Hermínia — Acredito, Fábio, que as instituições do país já foram muito mais pretorianas, e há uma leitura mais positiva do processo pós-1988 desse ponto de vista. As instituições políticas agüentaram um tranco considerável nesta última década. Possibilitaram, num processo absolutamente legítimo e transparente, o *impeachment* do primeiro presidente da República eleito diretamente depois de tantos anos. Suportaram muitas crises de mau funcionamento, que se resolveram com reformas que aprimoraram o funcionamento institucional. No caso do escândalo dos "anões do orçamen-

to", por exemplo, a Comissão de Orçamento reformou suas regras e limitou consideravelmente a possibilidade de que aquilo ocorra outra vez. Também nunca vi um juiz graúdo como o Nicolau dos Santos Neto na cadeia. As políticas e normas que criaram mecanismos automáticos de transferência de recursos do governo federal para estados e municípios estão tapando um ralo que é monumental. No período recente houve uma série de mudanças que limitaram as possibilidades de distribuição política de recursos em políticas públicas que transferem uma quantidade significativa de recursos, como o Fundef e o SUS. A Constituição de 1988 também criou mecanismos de controle importantes.

Mesmo do ponto de vista da construção institucional houve um avanço considerável. Podemos achar que o promotor Luiz Francisco é um candidato a Torquemada, mas se observarmos a atuação dessa ala jovem do Ministério Público, veremos que em muitos lugares ela está fazendo coisas muito positivas, como verificar nos municípios se o prefeito está gastando o que tem de gastar em educação etc. Esse papel é menos visível do que quando o Luiz Francisco faz o seu show, mas não podemos julgar o Ministério Público por isso, pois assim não perceberemos o progresso institucional contido nos novos instrumentos de controle e responsabilização criados pela Constituição — e o Ministério Público tem funcionado justamente como um instrumento de responsabilização.

Há também uma evolução muito positiva na imprensa. É verdade que se trata de empresas que competem como qualquer empresa capitalista e que a escalada de denúncias de corrupção é parte desse processo de competição por leitores. Mas uma relação como a de Getúlio Vargas com o *Última Hora*, um jornal importante entre 1945 e 1964, já não existe mais.

Carlos Eduardo — E essa relação existe em quase todos os países latino-americanos. Compare-se a imprensa brasileira com outras imprensas da América Latina: a qualidade da imprensa brasileira é radicalmente superior.

Maria Hermínia — Eu queria fazer mais duas considerações. Primeiro, sobre essa linha tênue entre a legítima crítica ao moralismo político, pelo que ele tem de fundamentalista, e o discurso segundo o qual os que fazem uso político da bandeira da luta contra a corrupção estão pondo em risco a democracia. Não acho que a democracia esteja em risco, mas creio que o espaço do discurso moralista seria bem mais restrito se tivesse havido respostas firmes e claras em casos que davam margem a uma dúvida razoável de que os limites aceitáveis haviam sido ultrapassados. É uma linha muito fina, e sempre se pode cair de um lado ou de outro. Ocorre que o discurso do moralismo político é eleitoralmente eficaz: permite estender uma ponte eleitoral entre a oposição e a classe média, que não gosta de um discurso do tipo "trabalhador vota em trabalhador", mas é sensível ao apelo moralizador. É muito difícil para a oposição deixar de se mover nessa direção se esse espaço não for reduzido por alguma atitude mais firme do governo com relação às denúncias que atingem membros de sua coalizão. O Dossiê Cayman foi

de fato inacreditável: como é que uma denúncia completamente falsa ficou durante tanto tempo na manchete dos jornais? Mas uma atitude mais rápida por parte das autoridades para apurar o caso talvez tivesse impedido que o caso se arrastasse tanto.

Carlos Eduardo — Eu não tenho familiaridade com o caso para falar a respeito, mas me parece que quem jogou o Dossiê Cayman no colo da imprensa foi alguém do governo: não foi uma operação preventiva?

Fábio — Mas a oposição, o PT, não comprou a pauta...

Maria Hermínia — Quem comprou foi a imprensa, e a manteve durante muito tempo. Não se trata de defender uma lei da mordação, mas tinha de haver uma boa legislação que protegesse os indivíduos e os interesses individuais. Suponha que o Francisco Lopes não tenha feito o que lhe é atribuído: quem agora vai acreditar que ele não o fez? Porque depois de ter esse grau de exposição na mídia, mesmo que ganhe na Justiça, a reputação dele acabou.

Uma última observação, a respeito das perspectivas eleitorais. O jogo político neste país se chama presidencialismo de coalizão: ninguém vai administrar com um governo unipartidário no futuro próximo, e duvido que alguém governe o país sem uma aliança com o centro.

Fábio — Então a democracia está em perigo sim... (risos).

Maria Hermínia — Portanto, ou começa a ser aceito que há mecanismos legítimos de negociação política do governo com suas bases ou a tentação do Executivo a enfrentar o Congresso é grande. As condições externas são muito desfavoráveis para ditaduras, embora não o sejam para coisas como fujimorismo, e esse risco eu acho que existe, porque tudo o que é negociação é hoje percebido como corrupção. Os deputados serão aproximadamente os mesmos; haverá uma certa renovação do Congresso, o Hildebrando Pascoal não será eleito, mas alguém parecido com ele estará lá. E quem quiser governar em democracia deverá governar com o Congresso e, portanto, negociar com os parlamentares que lá chegarão pelo voto popular.

Fábio — Uma palavra a respeito do rótulo que o Giannotti aplicou à minha posição, que seria "liberal tradicional". Pretendo que o que estou propondo redunde numa espécie de síntese de pressupostos liberais com um republicanismo que não queira ser apenas um idealismo inconseqüente. Mas pondo isso de lado, vejo também um certo avanço no processo que estamos vivendo, algo como uma dialética das instituições que envolve um jogo entre as manifestações de corrupção e a explosão de denúncias, e são de fato institucionalmente positivas as experiências que a Maria Hermínia mencionou. No entanto, é preciso trazer algumas reservas aqui, algumas qualificações. Por exemplo, com respeito à idéia de pretorianismo do Huntington,

que remete à possibilidade da presença mais decisiva dos militares. Aí há uma ponderação inevitável, que é o fato de que afinal de contas estamos vivendo num mundo pós-socialista, e o grande fator responsável por boa parte das idas e vindas neste último século, entre presença e refluxo da intervenção militar, era a ameaça da revolução socialista, que certamente está cancelada nos termos em que se colocava, por exemplo, no imediato pré-64. A mobilização golpista se fez com o objetivo de deter uma suposta mobilização que levava na direção da revolução comunista, e isso claramente já não existe. Mas uma abordagem mais matizada justifica algumas reservas quanto a saber até que ponto há perigo para a democracia, por conexão com outras coisas que estão em cena. Uma delas é o fato de que a nossa democracia, pós-socialista ou não, não passou ainda pelo teste de ver a eleição de uma esquerda à maneira do PT, que, bem ou mal, é originalmente revolucionária, uma herança do mundo anterior ao pós-socialismo, e que me parece ainda ser objeto de resistências importantes na sociedade brasileira. Nós vivemos durante um tempo uma espécie de complexo de sublevação, que não sei até que ponto estaria dissipado.

Giannotti — A eleição do PT seria diferente da eleição do Jospin?

Fábio — Eu não sei. Você sabe? Neste país, ainda não sei...

Carlos Eduardo — Acho que depende do candidato a presidente.

Fábio — Não sei se um Lula na Presidência, dependendo das circunstâncias, justificaria a aposta de plena governabilidade e de ausência de riscos de desestabilização... Há muito tempo não se ouve falar, apesar de certas manifestações do pessoal da reserva, das disposições no âmbito das Forças Armadas. Em 1994, que não está tão longe assim, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República se sentia à vontade para afirmar que o regime civil brasileiro atual não é a derrota das Forças Armadas, mas apenas um armistício — dito com todas as letras. Acho bem claro que existe uma espécie de veto difuso a um petista na Presidência, o que se articula com o estreitamento do espaço ideológico — porque se ninguém está contemplando a revolução socialista, a própria social-democracia passa a ser vista como um extremismo ou algo impróprio e oneroso no mundo da hegemonia do mercado. E uma disposição mais experimental do PT no sentido de tentar fazer certas coisas pode suscitar reações com respaldo internacional, dependendo sobretudo de como se dispõe o cenário internacional, de como se dispõe a economia. Mas mesmo se deixamos de lado o PT e a inspiração revolucionária de suas origens recentes, que dizer do Itamar Franco? Itamar na Presidência, com o que tem de imprevisível, com o risco Brasil lá em cima, com ameaça de moratória... Ele já está propondo expressamente soluções alternativas para a crise de energia que envolvem deslocar recursos do pagamento da dívida externa para aplicação na área energética. Não estou aqui dizendo que Itamar redundava em golpe,

mas acho que temos elementos suficientes de incerteza para não ter como favas contadas a nossa conquista democrática, que é muito recente. Isso se junta com o tema específico da corrupção por meio da denúncia do "denuncismo" que o presidente estava verbalizando outro dia. O Fernando Henrique tem estado claramente alarmista, e acho que um presidente da República alarmista, que fala em democracia ameaçada, é boa razão de alarme, sejam quais forem seus motivos subjetivos. Ele se transforma num fator objetivo da própria configuração da situação: o risco Brasil tende certamente a aumentar diante desse discurso do presidente e da percepção, certa ou errada, das razões que levam a ele. De certa maneira é até irresponsável que o presidente, na situação atual, convoque alguém para falar de golpe, de democracia em risco.

Queria acrescentar duas coisas. Com relação ao tema geral da corrupção, andei falando com insistência do esforço realista de construção institucional, e gostaria de apontar um elemento que tem a ver com a atuação do governo FHC e seu déficit simbólico. Tenho lembrado com alguma frequência o fato de que Fernando Henrique, como candidato, acenou com a refundação política do país, e depois, no esforço de "realismo" para tratar de administrar — e de ser reeleito, supostamente para continuar a obra administrativa —, esqueceu ou pôs de lado o componente simbólico que esse esforço de refundação exigiria. Em nome da governabilidade e da eficiência administrativa ele fez, por exemplo, alianças que aparecem como precárias e comprometedoras do ponto de vista simbólico, que comprometem uma certa exemplaridade que se poderia esperar de uma presidência Fernando Henrique, e que certamente ajudaram a solapar o capital que a expectativa inicial representava para o esforço de mobilização do país numa direção diferente. O que estou sugerindo é que o papel exercido por uma liderança exemplar pode ser um fator importante na conformação daquele esforço de construção institucional objetiva, ajudando a trazer certa consistência sociopsicológica e cultural às instituições. Acho lamentável que tenhamos aprendido com o governo FHC que charme não é carisma: o charme está lá, mas ficamos com um déficit de carisma (naturalmente num sentido nobre e ambicioso da expressão). Houve uma capitulação clara quanto a esse aspecto: abriu-se mão do componente simbólico e do papel de exemplaridade que caberia esperar da liderança presidencial. É irônico, como vemos agora com a crise do apagão, que o custo disso tenha se estendido ao próprio plano da eficiência administrativa.

A outra coisa que eu queria acrescentar tem a ver com o aspecto cognitivo. Em relação a um processo de institucionalização que alterasse a dinâmica corrupta ou pretoriana, mencionei antes que é importante que não se trate de conversão, de reforma moral, mas que se possa contar com os elementos reais, o que implica a apreensão adequada desses elementos, e portanto uma aposta que é de natureza cognitiva. Queria chamar a atenção para certos dados de uma pesquisa nossa que estão relatados num artigo recente¹¹, que contém algumas sugestões talvez importantes. Procuramos ali observar como se relacionam o civismo e o grau de sofisticação e informação

(11) Reis, Fábio W. e Castro, Mônica M. M. de. "Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, vol. 16, n° 45, fevereiro de 2001.

das pessoas — mediante um índice complexo voltado para a dimensão cognitiva e intelectual, que chamamos lá de "sofisticação política" —, e constatamos, como era de se esperar, que quanto mais sofisticadas são as pessoas — ou quanto mais pertencem ao mundo da classe média ou acima, dada a correlação de sofisticação com posição socioeconômica —, tanto mais cívicas elas são. Isso tem uma implicação ruim no sentido de que a grande massa eleitoral é pouco cívica, e daí é possível explorar implicações importantes do ponto de vista da corrupção e da criminalidade. Os dados mostram, por exemplo, que, em proporções assustadoras, as pessoas de pouca sofisticação, de pouca educação e informação política são favoráveis a coisas como a ação dos "esquadrões da morte", o linchamento de bandidos, a tortura policial, o que diminui à medida que você sobe na escala socioeconômica ou de escolaridade (embora ainda exista fortemente até no nível universitário). Mas o ponto para o qual eu pretendia chamar a atenção é outro: quando se introduz uma cláusula que qualifica a definição da situação, que torna mais problemático obter os frutos positivos da convergência cívica, então quanto mais sofisticadas as pessoas, mais prontas elas estão a modificar sua disposição cívica na direção de uma disposição cínica, de se defender, de prontamente se aproveitar da situação dada em termos de interesse pessoal, egoísta. Em outras palavras, nas situações adversas, que podem ocorrer com frequência, em que agir solidária ou civicamente poderia aparecer como "bancar o otário", tanto mais prontos os cívicos e sofisticados estão a se deslocar na direção do cinismo, muito mais do que os pouco informados, os singelos.

Giannotti — Isso mostra que esse civismo nada mais é que uma idealização de si mesmo, não é?

Fábio — Em boa medida, sem a menor dúvida. Os dados permitem uma aferição da consistência da adesão ao civismo. Várias pesquisas recentes mostram, no plano internacional, que as pessoas tendem a verbalizar apoio ao ideal democrático em termos político-eleitorais, mas tendem a ter uma percepção muito negativa do desempenho das autoridades, dos partidos, das instituições da democracia representativa. No Brasil há claramente essa mesma síndrome, mas a peculiaridade nossa (pelo menos não conheço dados de outros países que mostrem o mesmo) consiste no desapego pelos valores cívicos: apóia-se a democracia, gosta-se de eleições, mas isso não impede que as chacinas sejam vistas com naturalidade. E isso se combina com algo que poderíamos chamar o substrato sociopsicológico do populismo, formando um caldo de cultura perigoso do ponto de vista de eventuais aventureiros: não só as pessoas têm pouco apego à idéia dos direitos civis como estão prontas para o cesarismo. Diante de um enunciado mais ou menos assim: "Em vez de partidos políticos, o que o país necessita é um grande movimento de unidade nacional dirigido por um homem honesto e decidido" — a aprovação é simplesmente avassaladora, sobretudo nos estratos mais numerosos do eleitorado pouco educado e sofisticado.

De qualquer forma, diante da maneira complexa pela qual os aspectos normativos e cognitivos parecem articular-se (sobretudo com a sofisticação que ora reforça o civismo, ora o suspende), o processo de construir instituições para a superação da condição corrupta, e da condição politicamente precária e exposta a atropelos, talvez não dependa tanto de que se difundam valores e normas de certo tipo, mas antes de que se criem expectativas que converjam de maneira propícia. E acho que nesse sentido pode ser crucial o papel de exemplaridade da liderança, do efeito de chamamento que a liderança pode cumprir — uma expectativa que no caso do governo Fernando Henrique, até onde eu percebo, frustrou-se.

DADOS

Vol. 43, nº 4, 2000

Revista de Ciências Sociais

Editor
Charles Pessanha

Escolhas Institucionais e Transição por Transação: Sistemas Políticos de Brasil e Espanha em Perspectiva Comparada

Fabiano Santos

Liberalização Política e Democratização na África: Uma Análise Qualitativa

José Jaime Macuane

Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

Jairo Nicolau

A Tristeza de Ser Sociólogo no Século XXI

Héctor Ricardo Leis

Trabalho e Sindicato: Posições em Debate na Sociologia Hoje

José Ricardo Ramalho

Mensurando Confiança Interpessoal: Notas acerca de um Conceito Multidimensional

Mitchell A. Seligson e Lucio R. Rennó

A Reestruturação da Agricultura Cearense: Notas sobre a Alteração das Condições de Reprodução do Pequeno Campesinato

Christine Jacquet



DADOS REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DADOS — Revista de Ciências Sociais (ISSN 0011-5258) é uma publicação trimestral do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — Iuperj.

REDAÇÃO E ASSINATURAS: Rua da Matriz, 82
22260-100 — Botafogo
Rio de Janeiro — Brasil
Tel.: (21) 537-8020
Fax: (21) 286-7146
E-mail: iuperj@iuperj.br
Homepage: www.iuperj.br